

**MENOTTI DEL PICCHIA E
O *MONUMENTO ÀS BANDEIRAS*:
ENTRE A LOBA CAPITOLINA E A ANTA**

**MENOTTI DEL PICCHIA
AND THE *MONUMENTO ÀS
BANDEIRAS*: BETWEEN THE
CAPITOLINE WOLF AND THE
BRAZILIAN TAPIR**

**MENOTTI DEL PICCHIA
Y EL *MONUMENTO ÀS
BANDEIRAS*: ENTRE LA LOBA
CAPITOLINA Y EL TAPIR**

TADEU CHIARELLI

RESUMO

Victor Brecheret concebeu dois projetos para o *Monumento às Bandeiras*: o primeiro em 1920 (nunca realizado) e o segundo em 1936 (inaugurado em 1953, em São Paulo). Diferentes entre si em termos estéticos e ideológicos, eles teriam contado com a assessoria do poeta e político Menotti Del Picchia para o embasamento histórico sobre as “bandeiras paulistas”. Este artigo propõe apresentar um panorama das posições de Del Picchia sobre o Brasil e os brasileiros, entre 1920 e 1936, para entender as mudanças ocorridas nos projetos do escultor.

PALAVRAS-CHAVE *Monumento às Bandeiras*; Menotti Del Picchia; Victor Brecheret

ABSTRACT

Victor Brecheret conceived two projects for *Monumento às Bandeiras*: the first in 1920 (never realized) and the second in 1936 (completed in 1953, in S. Paulo). Distinct from one another in aesthetic and ideological terms, both versions relied upon the advice of the poet and politician Menotti Del Picchia for the historical basis on the “bandeiras paulistas” (an account of 17th Century explorers/mercenaries from São Paulo that since has been subject to revision). This essay presents an overview of Del Picchia’s interpretation of Brazil and the Brazilian people between 1920 and 1936, to shed light on the sculptor’s conceptual changes to his most well-known monument.

KEYWORDS

Monumento às Bandeiras; Menotti Del Picchia; Victor Brecheret

RESUMEN

Victor Brecheret ha diseñado dos proyectos para el *Monumento às Bandeiras*: el primer en 1920 (no se concretó) y el segundo en 1936 (inaugurado en 1953, en São Paulo). Distintos entre sí estética e ideológicamente, estos proyectos han contado con la asesoría del poeta y político Menotti del Picchia mediante la fundamentación histórica de las “bandeiras paulistas” (una formulación acerca de los explotadores/mercenarios de São Paulo de lo siglo XVII que a sido objeto de revisiones). Este artículo se propone presentar un panorama de las posturas de Del Picchia sobre Brasil y los brasileños entre 1920 y 1936, para comprender los cambios que se llevaron a cabo en los proyectos del escultor.

PALABRAS CLAVE

Monumento às Bandeiras; Menotti Del Picchia; Victor Brecheret

Artigo inédito
Tadeu Chiarelli*

<https://orcid.org/0000-0002-5123-7628>

*Universidade de São Paulo
(USP), Brasil

DOI: 10.11606/issn.2178-0447.ars.2022.197874





O escritor paulista Menotti Del Picchia instruiu o escultor ítalo-brasileiro Victor Brecheret sobre as bases históricas e sociais que deveriam fundamentar a concepção das maquetes para o *Monumento às Bandeiras*, tanto aquela de 1920 quanto a derradeira, de 1936. Comparando-as, nota-se que, nesta última, o artista propôs mudanças significativas no projeto original. Nela, somem os degraus da base do *Monumento*, retirando-o da tradição da estatuária monumental¹. Por outro lado, nota-se o interesse de Brecheret na descrição étnica das figuras representadas.

Na maquete de 1920, o bloco principal era composto por figuras anônimas (presumidamente brancas, “lusitanas”), sendo que figuras indígenas – representando as “insídias do sertão” – situavam-se adjacentes ao bloco principal, não participando do núcleo da composição e, portanto, da “saga bandeirante”.

Se os indígenas estavam representados como alegorias, os negros e os descendentes da mescla entre as três “raças” não apareciam.

No projeto de 1936, negros e mestiços foram incluídos, assim como o imigrante europeu, por meio do autorretrato de Brecheret.

Em artigo de 1969, Del Picchia explicita seu papel na concepção do projeto do *Monumento às Bandeiras* de 1920, previsto para ser inaugurado em 1922, ano de comemoração do centenário da Independência do país:

[...] Formado artisticamente na Europa, para onde [Victor Brecheret] seguira muito moço, ignorava muito da nossa terra e quase tudo da nossa história. Foi com surpresa e entusiasmo que conheceu, por mim, a grandiosidade da epopeia bandeirante, da qual eu, latinamente eloquente, com gestos agressivos ilustrando o avanço e o desbravamento, descrevia o arrojo das entradas. Foi talvez a impressão plástica desse relato que lhe sugeriu então a linha ascensional e processional do grupo mateiro. É ela, a espinha dorsal do majestoso monumento.

- Você poderia esculpir essa epopeia - disse-lhe então [...].² (DEL PICCHIA, 1969a, p. 4)

Apesar do apoio ao projeto de Brecheret, ele não se efetivou. Tal malogro teria ocorrido porque a colônia portuguesa de São Paulo também oferecia à cidade um monumento dedicado aos Bandeirantes, a ser inaugurado em 1922. Frente às propostas, o Estado teria desistido de ambas.

Pouco comentado, no entanto, é o fato de que, no mesmo período, o escultor italiano Nicola Rollo, também residente em São Paulo, fora incumbido de projetar um monumento dedicado aos Bandeirantes, a ser instalado nos contrafortes do jardim fronteiro ao Museu Paulista³, entre o edifício da instituição e o *Monumento à Independência* que viria a ser instalado em frente ao Museu alguns anos depois⁴.

O projeto de Rollo também não foi efetivado, embora o Estado tenha tomado providências para viabilizá-lo, ainda no início dos anos 1920⁵.

No arco entre as maquetes de 1920 e 1936, percebe-se, de início, que Del Picchia transita entre duas ideias de Brasil: uma, repleta de euforia nacionalista, e a outra, pessimista.

Dentro da visão positiva, o poeta percebia todo o território brasileiro como a imagem ampliada da que ele falsamente construía sobre o Estado de São Paulo e sua circunstância: uma terra pujante, onde não havia questões raciais ou de classe, repleta de oportunidades e fadada ao progresso; já sua visão negativa estribava-se, sobretudo, na crença de que o brasileiro “típico” não passava de um indivíduo sem iniciativa, preguiçoso, semelhante à descrição que o escritor Monteiro Lobato fazia do Jeca Tatu.

Essa negatividade também oscilava. Como uma espécie de defesa contra a realidade populacional do Brasil, para Del Picchia, era o branco português e o branco imigrado que sintetizavam – ou deveriam sintetizar – o que seria “o” brasileiro. Para reforçar essa imagem, ele não via problema em neutralizar o papel que os indígenas e africanos tiveram na constituição da nação. Para o crítico, essas “raças” teriam sido absorvidas pelo branco português, “superior”, e que, mais tarde, ganharia reforços dos outros “arianos” europeus. Absorvidos em poucas décadas, os negros, os indígenas e todos os mestiços se confundiam. E, para Menotti, não havia problemas em afirmar que:

[...] Daí então passou a ser caboclo todo o roceiro cobreado [...] No seu sangue referveram os mais bizarros abastardamentos. Entraram a fervilhar nas suas veias glóbulos italianos, portugueses, africanos holandeses e até... turcos! Só quem desconhece nossas populações rurais ignora este curioso fenômeno etnológico, observável num país em formação como o nosso. A lenda de todo o caboclo ser amestiçado com índio esvaiu-se com a iara, o boitatá, com o saci [...] (DEL PICCHIA, 1918, p. 1)

Com o passar do tempo, triunfou no pensamento do intelectual um novo sentimento nacionalista que, mais tarde, o levaria a reconhecer (a contragosto ou não) a importância

do indígena, do negro, do branco, e daqueles que resultaram da miscigenação desses três grupos. Tal posição, devedora dos diálogos com seus confrades Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, teria efeitos sobre Brecheret durante a execução da versão de 1936 da maquete do *Monumento*. Antes, porém, de entrar nesta questão, seria importante continuar rastreando o pensamento de Menotti até essa data.

Lendo os textos por ele publicados entre 1920 e 1922, organizados por Yoshie S. Barreirinhas (1983), evidenciam-se as considerações aqui realizadas. Nota-se o esforço de Menotti em apagar as figuras “de cor”, que estariam na base da nacionalidade. Quando cita o elemento negro, normalmente o faz de maneira protocolar, sem lhe conceder importância.

Durante os anos 1920, o que melhor sintetiza as crenças de Del Picchia sobre a questão racial no Brasil estão nas palavras, várias vezes citadas por ele, proferidas pelo político Washington Luís. Em artigo publicado em abril de 1924, Menotti se refere a um discurso do então governador. Ali, Washington Luís afirmara que, no Brasil, todos eram imigrantes, uma vez que a influência dos indígenas era desprezível (DEL PICCHIA, 1924a, p. 3). Para o político, o negro também seria um imigrante, zerando as diferenças entre eles

e os demais povos que vieram para o Brasil da Europa e da Ásia. Por outro lado, a visão que esse porta-voz da elite de São Paulo nutria sobre os indígenas faz pensar que, para ela, não existia mais nenhuma população autóctone no Brasil⁶.

Naquele período, Menotti também parece ter pouco apreço pela contribuição do negro para a cultura e a “raça” brasileiras, na medida em que ele teria sido rapidamente absorvido pela miscigenação com o elemento lusitano mais “potente”:

Não podemos negar que, desde o Brasil colônia – remontando mesmo aos primeiros albores da fixação geográfica das nossas fronteiras – a ação do elemento lusitano foi absorver o aborígene e, pela mestiçagem, pela lenta plasmação da nova raça, destruir mesmo aqueles elementos etnológicos trazidos da África. Essa providencial ação não criou, dentro do nosso organismo étnico, aquelas vincadas barreiras de raças diversas, que facilmente se observam em certos países de colonização e conquista recentes. (DEL PICCHIA, 1923a, p. 3).

Se, de início, Menotti neutralizava o papel do negro na formação da “raça” e da cultura brasileiras, quanto aos indígenas, sua postura era mais problemática. Ele os desprezava em dois níveis: enquanto realidade étnica e enquanto ícone cultural do país. Para o poeta, se ainda existiam indígenas no Brasil nos anos 1910,

estavam fora do alcance da visão do “brasileiro” e, sem pronunciar explicitamente, vaticina seu extermínio: “[...] hoje em dia os silvícolas mudaram-se para Rondônia, donde, por certo, se mudarão para o outro mundo, pois logo não terão mais para onde se mudar [...]” (DEL PICCHIA, 1918, p. 1).

Se, em janeiro de 1920, Menotti reconhecia as potencialidades estéticas, arquitetônicas e “picturais” dos indígenas (ARISTOPHANES, 1920, p. 1), em abril, o “indianismo” para ele teria sido um plágio da intelectualidade do século XIX, pautado na literatura francesa, e o índio: “O índio não passou de um ser errante – hoje quase mitológico – que não deixou um traço estético no Brasil” (DEL PICCHIA, 1920, p. 1 *apud* BARREIRINHAS, 1983, p. 102). Nem o indígena e nem o mameluco, que argamassara “apenas a tapera”. E resume: “O legado dos nossos fundos raciais primitivos resume-se a algumas tangas e tacapes, que fazem a alegria dos etnógrafos ao visitarem o Museu do Ipiranga, mais nada...” (Ibidem, p. 103).

Em “Matemos Peri”, artigo publicado em 1921, Menotti ataca o mito romântico do indígena – como fará questão de frisar ao responder à crítica que Mário de Andrade ([1921] 2000) fez ao artigo. Porém, ali, ele também se refere aos indígenas como grupo étnico, demonstrando seu desprezo:

[...] Admitiu-se essa hipótese romântica [Peri] como elemento formador da raça, atribuindo-se ao índio vadio, estúpido e inútil, uma função alta no caldeamento do nosso tipo nacional, chegando-se a crer que dele nos vinha a bravura nativa, o espírito de independência selvagem, a altivez reacionária de que somos dotados.

Nada mais falso!⁷ (DEL PICCHIA, 1921, p. 3 *apud* BARREIRINHAS, op. cit., p. 194)

No início da década de 1920, seus textos, além de propagandear a arte moderna e o modernismo a partir do nacionalismo, divulgavam o nascimento de um “novo” brasileiro em São Paulo – superação das três raças formadoras do país. Aí a peculiaridade do seu nacionalismo: seu interesse no branqueamento do Brasil, que se explicita quando se refere à chegada, na cidade, de integrantes da antiga frota da Marinha Imperial Russa – os “ex-guerreiros de Wrangel” – que, fugindo do Exército Vermelho:

Ontem [...] deambulavam pelas ruas do centro aqueles belos espécimes de valores humanos que são os ex-guerreiros de Wrangel. Os seus corpos gigantescos, musculosos, [...] denunciam logo os colossos do Cáucaso, de olhos cor de água e cabelo fulvo. Vigorosos exemplares de masculinidade, mostravam entretanto, na expressão pacífica do olhar romântico, uma quase inofensiva ingenuidade.

Amanhã, amalgamados à nossa estirpe, fundir-se-ão nela como mais um metal que se misturou na formação dessa raça de bronze, feita com todas as universais virtudes positivas dos povos imigrados - [...] - que será a raça brasileira. (HELIOS, 1921, p. 8, *apud* BARREIRINHAS, op. cit., p. 242)

Frente aos “colossos do Cáucaso”, vindos para clarear a nossa “raça de bronze”, como ficava a “trindade racial”, tida como a base da população brasileira? Para Menotti:

Diante desse espetáculo, que ontem me ofertou a marcha serena desses gigantes tranquilos, fiquei a sorrir para os ingênuos, que ainda creem na velha lenda da trindade racial, formadora, no clássico triângulo étnico, sobre a qual repousavam as origens da gente da nossa terra: luso, negro e índio... (Ibidem, p. 243).

1923 marca um início de mudança nos posicionamentos de Menotti sobre o Brasil e os brasileiros, embora, numa crônica ou outra, ainda persista a supremacia de São Paulo sobre o restante do país e a supremacia dos “arianos” sobre os “de cor”. Nota-se também o nascimento de uma visão mais integradora do Brasil, encontrada em dois artigos de maio daquele ano. No primeiro – “Aos moços de minha geração” –, Menotti afirma que: “A mocidade [...] tem um dever sagrado a cumprir: consolidar a consciência nacional”.

Nascidos e vivendo num dos maiores países do mundo e com um protagonismo a cumprir no continente latino-americano: “Falta-nos apenas integralizar nossa consciência [...] a ponto de definir claramente as fronteiras dentro das quais se agitem, definidos, claros, os ideais nacionais”. E continua:

A grande obra do momento é, pois, tornar nítidas essas fronteiras, exigindo de cada brasileiro uma atuação clara e insofismavelmente nacionalista [...] Estudar sua história, cultivar suas tradições, amar sua língua, prestigiar seus homens representativos, corrigir nossos abusos, vivificar a essência das nossas leis.

Atingida essa primeira etapa - [...] - teremos criado a expressão única da nossa maneira de ser. (HELIOS, 1923b, p. 3)

Agora, acreditando no surgimento de uma “nova raça”, fruto das mestiçagens entre brancos, negros e indígenas, Del Picchia afirma no segundo texto:

No obscuro laboratório geográfico da nossa terra, onde, sob as reações ambientais [...] se caldeiam tantas raças emigradas, cujo novo tipo tem características próprios originais, as aspirações de progresso da nova raça estão ainda obscuras. Nada se tem feito para delinear as minúcias dessas aspirações que [...] se tem confundido e identificado com os ideais de raças estranhas.

Sentimos [...] que algo há por se fazer, de forma a dar-se a máxima expansão aos nossos destinos. (Idem, 1923c, p. 3)

Querer sistematizar o próprio sentimento nacionalista, transformando-o num programa, explica Menotti ter reagido mal à proposta de fundação, em São Paulo, de uma “Associação dos filhos de italianos nascidos no Brasil”: “A ideia infeliz de se criar essa espécie de anfíbia, monstruosa, informe de sub-raça – [...] – é, como todos a sentimos, a mais inoportuna, antipatriótica e contraproducente das iniciativas, inimiga da cristalização da consciência nacional” (DEL PICCHIA, 1923b, p. 3).

Para o autor, a Associação era como um elemento desconectado da nacionalidade que ele queria ver suprimido pela integração de todas as regiões do país: “Criar agora, após centenas de anos de entrelaçamentos raciais, sutis diferenciações etnológicas, é provocar fenômenos de involução, tão contrários à índole dos agregados humanos” (Ibidem).

Um dos primeiros movimentos de Menotti em direção a um conceito de Brasil já não espelhado em São Paulo e consciente da necessidade de integrar num só foco a diversidade do país parece ter surgido a partir de seus diálogos intensos com seus colegas

do *Correio Paulistano*, os intelectuais Plínio Salgado e Cassiano Ricardo, que renderão, inclusive, artigos e livros assinados em conjunto.

Desse contato, parece ter surgido o interesse de Menotti pelo líder fascista italiano Benito Mussolini.

No final de 1922, o autor publica um artigo elogiando Mussolini e Kemal Paxá (Atatürk, líder turco). Embora a proposta fosse refletir sobre as atividades dos dois líderes, Menotti celebrou apenas o italiano, pois Mussolini teria “regenerado” a Itália, libertando-a dos “dentes ávidos dos ‘profiteurs’ burgueses, encarapitados nos postos de comando, e dos ambiciosos ‘meneurs’ das multidões proletárias desvairadas pelos falsos profetas” (HELIOS, 1922, p. 5). Mussolini era digno de aplausos porque libertara a Itália do capitalismo cúpido e do “bolchevismo” manipulador. No último parágrafo, ele volta a se referir a Atatürk e, na sequência, de novo a Mussolini:

[...] é outro herói iluminado, que mostra que as pátrias não morrem, quando há brio no sangue que corre nas veias dos seus filhos. É um bastião de heroísmo irreduzível, anteposto à sanha dos usurpadores [...] Que a mocidade de todos os países leia nesses dois livros humanos a soberba lição da dignidade e do patriotismo. E que aprenda, quando preciso, a imitá-los. (Ibidem)

Para Menotti, Mussolini era um exemplo, e o fascismo italiano, um antídoto contra a anarquia e o bolchevismo. E não via aquele tipo de governo como algo “italiano”, mas como “uma força social instintiva e necessária [...], força de coesão, tradicionalista, que, reprime, equilibra e disciplina o extremado espírito filoneísta que age nas sociedades organizadas” (DEL PICCHIA, 1925a, p. 3)⁸. Atuando como uma reação “instintiva” ela:

Chamar-se-á “fascismo na Itália, “Legalidade” no Brasil, “princípio republicano” em Portugal, “Kemalismo” na Turquia. O substrato sociológico desse movimento é a permanência, [...]

[...] O “fascismo” – tornado hoje expressão reintegrada da tradicional consciência jurídica italiana – não é, bem analisado, uma resultante de ação pessoal de um caudilho, nem a elaboração político-doutrinária de um partido. É o próprio espírito da ordem constitucional tradicionalista contra a subversão de valores jurídicos e econômicos preconizada pelo comunismo. (Ibidem)

Quase uma década depois, em 1934, Menotti se detém sobre como Mussolini via o fascismo e como alguns especialistas o interpretavam:

Disse uma vez Mussolini que o “fascismo” era um fenômeno do Estado italiano nacional. Não duvido que o genial político, ao enunciar essa tese, lhe dava efetivamente, o sentido limitado que circunscrevia o movimento disciplinador italiano às fronteiras da península. Mas como acontece a todos os Messias, vêm depois os sibilinos intérpretes da palavra sagrada. Toda a palavra é elástica. E a mais elástica das palavras é sempre a palavra sagrada [...]

[...] Vai daí os glosadores do verbo “fascista” terem generalizado o conceito mussoliniano desta forma: “O Mestre quis dizer: como estrutura, o fascismo é um fenômeno nacional. Como ‘espírito’ é universal”. E de que era universal, vieram logo as provas: o salazarismo português, o kemalismo turco, o hitlerismo germânico e agora o rooseveltismo yankee [...]

(DEL PICCHIA, 1934, p. 19)

Fiel em pensar o fascismo como força “social instintiva” e de “espírito universal”, Menotti não hesita em finalizar o artigo com o vaticínio: “Se o fascismo vencer no Brasil tomará aqui também uma força típica. Nada terá de comum como estrutura, com o mussolinismo, com o salazarismo ou o hitlerismo. Revestir-se-á de um caráter nosso. E poderá fazer a nossa felicidade” (Ibidem).

Essa adesão às ideias fascistas que, em 1936, o levará – em conjunto com Cassiano Ricardo – a criar o movimento “A Bandeira”, embasou as ações de Del Picchia entre 1922 e 1936. Em paralelo, ele irá

estruturar seu universo estético, cada vez mais distante das propostas experimentais (pelas quais nunca nutriu nenhuma simpatia real), para se aproximar de um ecletismo peculiar, possibilitando-lhe interessar-se tanto por projetos do arquiteto ucraniano, radicado em São Paulo, Gregori Warchavchik quanto pela pintura do paulista Clodomiro Amazonas.

A pesquisadora Maria Lúcia F. Guelfi, em estudo sobre a revista paulistana *Novíssima* –, publicada entre dezembro de 1923 e julho de 1926 –, afirma que o periódico, sob a responsabilidade de Cassiano Ricardo e, mais tarde, também de Del Picchia⁹, estava ligado a um “classicismo moderno”. Usando as proposições do poeta francês Jules Romains e seus seguidores, essa vertente concordava com a necessidade de se procurar novas possibilidades para alcançar a Beleza, “mas reagia tanto às ‘fórmulas emperradas’ do passado, quanto ao desequilíbrio dos renovadores radicais” (Ibidem, p. 80).

Lendo os textos de Del Picchia escritos no período, é inegável como o seu ecletismo tinha como base essa teoria interessada em apaziguar os extremos das vertentes estéticas da época, mas não era apenas Jules Romains e seus parceiros que se tornaram parâmetros para ele e outros modernistas.

Em seu estudo sobre o futurismo paulista, de 1994, a estudiosa Annateresa Fabris atenta para um fato: Menotti, assim como outros modernistas, nos parâmetros que absorviam vindos da Itália, estavam menos ligados ao futurismo “histórico” de Filippo Tommaso Marinetti e mais aderentes ao “segundo momento futurista” – ou “futurismo de Florença” –, capitaneado pelos intelectuais Giovanni Papini e Ardengo Soffici. Segundo Fabris, esses dois autores distinguem “futurismo” de “marinettismo”, distanciando-se de alguns posicionamentos de Marinetti. Fabris aponta seis aspectos do “futurismo de Florença” incorporados ao discurso dos modernistas:

[...] a negação da *tabula rasa* e a busca de uma ideia de passado que não negue o legado das gerações anteriores, mas que seja capaz de decantá-lo e de torna-lo parte integrante da visão do presente; a crítica a uma concepção de modernidade mecânica e materialista, vista como núcleo apenas temático; a defesa da personalidade individual em detrimento da ação do grupo; a recusa de alguns métodos de ação utilizados por Marinetti; o desejo de determinar um *corpus* teórico para propostas da arte moderna; a busca de uma arte purificada. (FABRIS, 1994, p. 113)

Para Menotti, com inúmeros interesses e querendo se afirmar e angariar prosélitos em todas as áreas da produção

artística e intelectual, essas diferenças vinham a calhar porque se amalgamavam com as propostas hauridas nos ensinamentos de Romain. Introjetando essas posturas menos belicosas com o passado e descompromissadas com ações coletivas do presente, Del Picchia podia exercer sua mediação entre modernistas e passadistas, reivindicando não importar se o artista estava ou não ligado à arte moderna, desde que fosse um espírito “independente” de qualquer “seita artística”. Em setembro de 1923, reafirma sua “independência”:

Estou cansado de repetir o que disse no Municipal, entre guinchos e vaias. Não sou “futurista” ... “Futurismo” é uma escola e uma escola é uma gaiola [...] Eu quero ser apenas eu mesmo. Não tenho nem quero ter ligações literárias. Quero viver quieto, no meu cume, no meu silêncio, dentro do meu sonho [...] indiferente, mas pessoal, cultivo meus instintos estéticos, rebeldemente, como um tigre cultiva sua sanha e sua força. Escrevo o que me vem à cabeça menos coisas parnasianas, porque felizmente, essa mania não me ataca nunca [...] (HELIOS, 1923a)

Em junho de 1924:

É tempo de se porem as coisas nos eixos. O “futurismo” da extinta fase inicial, arrepiado e rixento, já é uma velharia insonsa, ronqueira e impertinente [...] Explicava-se há dois anos [...]

[...] Entretanto, esse “futurismo” de combate – que teve seu berço legítimo em S. Paulo – consagrado pela assuada inicial, [...] alcançou já seu objetivo: descarnou, até o âmago, nosso enfado pela monótona literatice cacete, em voga no instante do seu surto [...] A ideia vingou. A fase de demolição passou. É mister agora apenas construir. (DEL PICCHIA, 1924b, p. 3)

E o que seria “construir” para Del Picchia? Para ele:

[...] Basta de se citar Apollinaire, Cocteau, Max Jacob, Swobb, toda a carpintaria cubista, dadaísta, cacetista que nos arrepiam os nervos por estrangeira e decalcada. Façamos obra nossa, brasileira, atual, individual, própria, já sabemos que a consciência estética do tempo é outra. Para que insistir mais? [...]

[...] Surjam, agora, as penas capazes da obra séria de reconstrução! (Ibidem)

Menotti, portanto, dois anos depois da Semana de Arte Moderna, reforça o caráter “construtor” do novo momento modernista e associa essa construção à busca de uma arte “genuinamente” brasileira, levada adiante, não pela ação coordenada de um grupo, mas por artistas “livres e espontâneos. Individuais e sinceros”.

Em busca dessa arte sem europeísmos e interessado na ênfase ao individualismo, em 1924, Menotti recebeu negativamente a poesia “pau-brasil”, do até então amigo Oswald de Andrade:

[...] comunico a todos os meus camaradas intelectuais que quebrarei relações com todos os que se acaudilharem a definidas bandeiras, cheirando assim a academismo dentro da nossa própria corrente libertária. Considerarei incuravelmente contaminados de passadismo-açu todos os que não forem pessoais e insubmissos, originais e rebeldes. Portanto, os que se tornarem asseclas da “poesia pau-brasil”, de que se fez apóstolo o sr. Oswald de Andrade, serão tidos e havidos como réprobos, escravos e retardatários.

Faço essa declaração porque não há nada de mais pouco brasileiro e antimoderno que o “pau-brasil”, madeira hoje tão lendária como o baobá de Tartarin de Tarascon [...] (HELIOS, 1924, p. 4)

Foi a potência das propostas de Oswald que originou a reação de Del Picchia, Salgado e Ricardo, concebendo um movimento para combatê-la: o “verdamarelo”. Se, até ali, Menotti apregoara não aceitar “igrejinhas” e “escolas”, agora, paradoxalmente, parecia ter chegado a hora de se articular contra um adversário comum: a produção de Oswald e de seus seguidores – supostos arremedos de modas parisienses.

Em setembro de 1925, Del Picchia publicou um artigo declarando ter recebido uma carta de Salgado e Ricardo, posicionando-se sobre o lançamento – “mais uma vez” – do manifesto da “Poesia pau-brasil”. Ele publica então a carta em que, a certa altura – e sem perceberem a ironia de Oswald –, Ricardo e Salgado

afirmaram a inadequação de se denominar um movimento, pautando-se num produto cobiçado pelo colonizador, ainda mais em um país como o Brasil:

1º. Pau-Brasil é madeira que já não existe; 2º. Interessou holandeses, franceses e chineses, menos os brasileiros, que dela só tiveram notícia por historiadores.; 3º. Inspirou a colonização, quer dizer: a assimilação da terra e da boa gente empenachada, pelo estrangeiro; em síntese – pau nefasto, primitivo, colonial, arcaísmo da flora, expressão do país subserviente, capitania, governo geral, sem consciência definida, balbuciante etc. (DEL PICCHIA, 1925b, p. 3)

Contra essa situação, ambos propunham uma poesia “Verde e Amarelo”:

“Verde e Amarelo” não é somente um distintivo de jacobinos; é um símbolo de nação forte, livre de influências, uma nação que quer marchar, caipiramente inadaptável a feições morais e intelectuais de estrangeiros. Personagem ouriçado de individualidades irremovíveis... Ouvidos moucos ao “alto lá” da Europa [...]

[...] Basta de teorias. Basta de receitas da Europa. De esnobismos de adaptações e arremedos [...] Vamos fazer o nosso. Nem que não saia certo. Mas nosso. Arte intencionalmente, birrentamente brasileira. (Ibidem)

Finda a transcrição, Menotti sentiu-se à vontade para posicionar-se frente aos dois movimentos, assim como a respeito de Oswald:

“Pau-Brasil” é o retorno [...] É a renúncia de tantas conquistas. É uma confissão da incapacidade para replasmar e aproveitar o material existente, rico por ser complexo, novo por ser em grande parte inexplorado, original por seu eclético [...] É procurar o Brasil onde havia uma colônia. É estranheirar-se. “Verde e Amarelo” indica à geração nova um caminho sem barreiras nas curvas [...] Correm todos para largos e livres horizontes de beleza. Não é tradicionalista nem anti-tradicionalista. Não há estradas paralelas. Oswald [...] fará com o pau-brasil uma fogueira de São João [...] em honra ao instante comocional que atravessamos [...] Desistirá do apostolado da Regra, integrando-se na criadora e reveladora Liberdade. (Ibidem)

Se esses posicionamentos distanciaram os dois grupos, também proporcionaram a radicalidade de ambos. Não ser compreendido por seus pares levou Oswald a enveredar por um caminho ainda mais radical, que o direcionaria à publicação, em 1928, do “Manifesto antropófago”, em que se percebe sua capacidade em produzir uma leitura original do debate antropológico no país e das ideias de Freud, invertendo o sentido e as demandas

que o psicanalista austríaco havia estabelecido no texto “Totem e tabu” (FREUD, 2012, p. 13). Oswald, assim, refletia sobre a condição do Brasil e do brasileiro, a partir de um posicionamento crítico perante a tradição e a “erudição” europeias – simbolizada pelas filosofias de Nietzsche e de Keyserling e da psicanálise de Freud¹⁰. O que pouco se discute, no entanto, é que a tese fundamental de Oswald foi, em grande parte, gestada no calor do debate entre ele, seu grupo e os “verdamelelistas”.

A presença de Freud também aparece nas reflexões de Plínio Salgado que fariam surgir o movimento da Anta, demonstrando que havia, nos dois grupos, uma tentativa de superação do indianismo do século XIX, a partir de um mergulho no passado brasileiro. É claro que, no caso de Oswald, a dimensão crítica que o caracterizava não deixaria que ele perdesse o distanciamento necessário para não resvalar para qualquer tipo de cegueira ideológica. O que ocorrerá com Plínio Salgado. Isto não significa, entretanto, que os dois grupos não trilhavam caminhos próximos.

Segundo Maria Lúcia Guelfi (op. cit., p. 173):

O “movimento da Anta” geralmente é definido como a reação que o grupo verde-amarelo fez à *Antropofagia*. De fato, o manifesto “Nhengaçu Verde Amarelo”, publicado por Plínio Salgado em 1929, tem o caráter de reação

ao “Manifesto Antropófago”, mas o movimento já vinha tomando este rumo bem antes da sua publicação¹¹.

Havia, portanto, um caldo de cultura em São Paulo que propiciaria, “naturalmente”, tanto o surgimento do movimento Antropófago quanto o da Anta. A autora também atenta para o artigo “O sonho da raça”, do jornalista paulista Alarico Silveira, publicado no final de 1924 na revista *Novíssima*, fundamental para o surgimento do movimento da Anta (SILVEIRA, 1924). Guelfi se posiciona sobre o texto de Silveira:

O artigo descreve a possível rota de invasão dos tupis no território brasileiro [...]. Esta “tupiretama” é comprovada pela identidade de costumes e tradições que se verificam nas regiões por onde passou o elemento tupi, atingindo também as Guianas, parte da Argentina, a totalidade do Paraguai, atingindo também o Peru, Venezuela e Colômbia. Também a presença nesta vasta área da “língua geral” é uma prova da invasão deste povo indígena [...] O espírito agressivo e conquistador desse povo é tão forte que muito contribuiu para aguçar no colonizador, que aqui chegou em 1500, “o instinto guerreiro e imperialista”. A marcha para o oeste empreendida pelas bandeiras paulistas, nada mais foi do que a resposta a um apelo que os chamava de volta às origens, para realizar o grande “sonho da raça”, que era conquistar todo o território brasileiro. Mas a ganância da prata, do ouro e do escravo fez com que bandeirantes se lançassem numa luta

fratricida que os impediu de dominar o oeste. Agora, 300 anos depois, alguma coisa “nos chama” de volta ao oeste. É preciso conquistá-lo em paz, sem as mesquinhas contendidas sul-americanas. (GUELF, op. cit., p. 174)

Plínio Salgado lançou mão dessas hipóteses para explicar, em 1926, a unidade racial que pensava encontrar no Brasil, apesar de todos os contrastes:

E é bem possível que essa unidade racial [...] tenha origem no elemento tupi, a grande raça que derivou [...] dos araxás iluminados do Oeste, roteiro épico das pirogas empenachadas, pelo Amazonas até Marajó, depois pela costa, arrasando os broncos tapuias, ou na marcha através das florestas, rumo do oceano até encontrar as planuras predestinadas de Piratininga [...] Não é absurdo acreditar-se que essa raça plantou no sangue do branco [...] a nostalgia do Oeste, que determinou a investida bandeirante, vitoriosa naquele rumo e que até hoje nos indica o caminho predestinado da Nação. (SALGADO *apud* GUELF, op. cit., p. 174)

Em 1927, ou seja, um ano antes do lançamento do Movimento Antropófago, Menotti, Plínio e Cassiano publicaram *O Curupira e o carão*, coletânea de artigos escritos por eles, entre 1922 e 1927 (SALGADO; DEL PICCHIA; RICARDO, 1927). No penúltimo texto da coletânea – “A revolução da Anta (Pela unidade e independência

espiritual do Brasil)” –, Salgado amplia seu pensamento sobre o Brasil e os brasileiros, ainda levando em conta os ensinamentos de Alarico Silveira:

A Anta é o totem da raça tupi. Os tupis, muito antes de chegarem aqui os portugueses, desceram das Ibiturunas (Cordilheira dos Andes), e marcharam pelas florestas, rumo do oceano [...]

[...] Esses tupis diziam-se descendentes da Anta. Como é sabido, todas as clãs primitivas [sic] tiveram seus totens, quer dizer, animais de que se diziam filhos. O sangue desses bichos sagrados era, em festa rituais, inoculado nas veias dos guerreiros, para que se fortalecessem neles as virtudes totêmicas da raça. O “totem”, com o tempo, ia tomando amplitudes maiores: da clãs para a tribo; da tribo para a Nação, para todo um grupo étnico ou organização política. Daí, a “loba” dos romanos; o “galo”, da França; o “boi”, o “crocodilo”, do antigo Egito etc. A Anta é o “totem” brasileiro, pois foi o índio a base da formação nacional [...]

[...] não fosse esse meio étnico, pelo qual passaram os europeus, nas longas décadas pré-bandeirantes, e o branco não entraria no sertão. O matrimônio celebrado por Anchieta, das duas raças, que se defrontaram como noivas, possibilitou as investidas – mais tarde – de Fernão Dias, dos Raposo Tavares, dos Paschoal Moreira e Anhangueras. Não só imunizados, pelo cruzamento, contra as maleitas, as úlceras, os mil venenos e as insídias dos Paiaguás [...] os sertanistas sofreram, por um sentimento de atavismo, ou por uma adaptação ao meio étnico, a saudade ancestral dos planaltos do Oeste (SALGADO; PICCHIA; RICARDO, 1927, p. 92)

Guelfi, ainda discutindo o movimento da Anta, cita Cassiano Ricardo a respeito da dissidência ocorrida no grupo “verdamarelo”, na passagem do “verdamarelismo” para a Anta: “Plínio achava que o leite da nossa civilização havia sido bebido na Anta. Menotti queria que o leite fosse da loba latina. A discussão veio para o jornal, amistosa, mas um pouco renitente por parte de ambos os lados” (RICARDO, 1979, p. 29 *apud* GUELF, op. cit., p. 176). Sobre o assunto, Salgado afirmaria que:

[...] movimento [da Anta] foi uma espécie de “ala esquerda” do “Verde-Amarelismo”, constituída por ele e Raul Bopp. Da mesma forma que havia rompido com os modernistas junto dos “verde-amarelos”, por acharem que aqueles continuavam com o espírito europeu de experimentação puramente literária, também acabou com o “Verde-Amarelismo”, concluindo que se estacionava num nacionalismo demasiadamente exterior [...]
(GUELF, op. cit., p. 175)

Se Bopp e Salgado desejavam extinguir o “Verdamarelismo” em prol da revolução da Anta, a ala “direita” do movimento Verde Amarelo – ou seja, Menotti e Cassiano Ricardo – parece não ter se conformado com o novo direcionamento, mesmo tendo concordado que, em 8 de dezembro de 1927, Salgado publicasse, no *Correio Paulistano*, o artigo “Matemos o Verdamarelismo”.

Quase um ano antes desse artigo, Menotti publicara um texto em que discutia outra matéria de Salgado, em que se dedicava à valorização da Anta para a “raça” brasileira, em detrimento da Loba latina. Para Del Picchia, o amigo, “montado na Anta” parecia “ansioso de esgoelar a Loba materna que aleitou a malta de velhacos criadores da maior nação do universo [...]” (DEL PICCHIA, 1927, p. 3). Menotti tenta dissuadir Salgado de entender os indígenas como símbolos da nacionalidade, mencionando seu artigo de 1921, “Matemos Peri”, para, mais uma vez, afirmar que os indígenas, havia tempo, não significavam nada para o Brasil:

[...] nem outro Peri havia para matar – como expressão típica de raça – senão os caçados em Milão [...] porquanto no Brasil os índios são quase uma memória nos textos dos nossos historiadores.

A tese [de “Matemos Peri”] estava certa. Não é verdade que o índio represente nossa nacionalidade [...] a raça branca, mais forte, absorveu as demais, resistindo ainda o negro, vigoroso colaborador da nossa fortuna. (Ibidem)

Menotti nunca deixará de se referir ao “Verde Amarelo”, mantendo-o dentro do rol dos principais movimentos literários de São Paulo no período. Em artigo de março de 1929, sobre a “letargia” da cena artística paulistana, ao elencar seus principais nomes, separou Plínio Salgado – como capitão do grupo

da Anta -, de Cassiano Ricardo, como se este frequentasse outro pelotão (DEL PICCHIA, 1929, p. 6).

Em meados de 1930, ao publicar a carta aberta que enviou a Cassiano Ricardo explicando as razões que o teriam levado a desistir de uma vaga na Academia Brasileira de Letras, Del Picchia solicita ao amigo que: “Escolha as mais festivas penas verdamarelas e prepare o canitar da vitória: desisti da imortalidade”. Continuando, afirma: “Retorno à taba como um glorioso guerreiro tapuio que fora à guerra, carreando, de volta, troféus e cabeças tabajaras sem ter disparado uma seta em combate” (Idem, 1930, p. 2).

Menotti arremata:

Aqui está o “nheenguassu” que eu devia a você, Cassiano, meu amigo, meu irmão, grande poeta da minha terra, legítimo orgulho do valor mental da nossa gente. Afiemos as nossas setas e recomeçemos nossa gloriosa caçada de papagaios. O Brasil precisa ainda de muitos caçadores. E esses, para serem mais destros, é mister que não tenham os pulsos acorrentados, nem as asas presas dentro de gaiolas, mesmo que elas sejam de ouro!

Empunhe a inúbia alvissareira. Trôe o boré na taba verdamarela. Conte à tribo que voltou o esmadrigado companheiro, forte e feliz de poder recomeçar novas andanças e novas guerras! (Ibidem)

Importante que, em nenhum momento, Menotti se refere ao movimento da Anta, se pronunciando como representante do grupo verdamarelo. Note-se, igualmente, como ele chama a si mesmo de um “glorioso guerreiro tapuio”, e não um guerreiro tupi, mais uma vez distanciando-se – consciente ou inconscientemente – dos postulados do grupo da Anta.

Em 1935, o autor voltou a se pronunciar sobre as bases da “raça” brasileira e de novo neutralizou a importância do indígena. A oportunidade se deu em um artigo sobre a presença de imigrantes europeus no Brasil. Se, para alguns, o imigrante era um aproveitador que encontrava “tudo feito”, para Del Picchia, ele era um colaborador, alguém que se unia à construção da nação. Para justificar seu posicionamento, o poeta retoma as ideias de Washington Luís, para o qual todos no Brasil eram imigrantes. E repete: “De fato: o elemento autóctone, o índio, não foi fator de civilização. A história dessa grande pátria nasceu com a audácia dos descobridores. Sua dilatação territorial e sua cristianização foi obra latina, logo, de elementos humanos imigrados” (DEL PICCHIA, 1935, p. 2).

Essa declaração proferida anos depois do surgimento do grupo da Anta demonstra que, de fato, Menotti nunca aceitou

as premissas de Salgado. Para ele, o Brasil não seria obra da Anta Tupi, mas da Loba Capitolina.

Filho de imigrante, Menotti talvez sentisse o artificialismo da proposta de Salgado, embora sua própria percepção de Brasil como país latino não fosse menos falseada. Esse seu afastamento em relação às ideias do amigo também sofreu influência da guinada que este último deu para a extrema-direita, criando a Ação Integralista Brasileira. Como corolário desse distanciamento, em 1936, Menotti formulou o seu movimento “A Bandeira”, um “retorno” à figura branca do bandeirante:

[...] Quanto a mim, com Cândido Motta Filho, Cassiano Ricardo, Ellis Júnior e outros, aos separarmos-nos de Plínio, organizaríamos o movimento nacionalista de “A Bandeira” postulando uma democracia [...] que realizasse, numa síntese ideal, a justiça social pleiteada pela esquerda, enquadrando-a dentro da ordem e disciplina preconizados pela direita. Nosso “slogan” seria: Contra as ideologias forasteiras e dissolventes, opõe o pensamento original da tua Pátria. (DEL PICCHIA, 1972, p. 223, *apud* GUELFY, op. cit, p. 182)

Em 1936, o *Jornal do Brasil* transcreveu um pronunciamento de Menotti durante a “Hora do Brasil”, em que resumiu o que entendia por Brasil e contra quem o movimento “A Bandeira” vinha lutar:

[...] Esquecido da herança atávica, muito brasileiro de hoje, se tem os pés nos caminhos riscados na terra pelos preadores da terra, começa a vender a alma a troco de ideologias forasteiras. Veio um traficante mongólico, com as unhas cheias de sangue, e propôs-lhe trocar [...] sua família, a organizada prosperidade dos seus campos, por um reino de utopia, no qual os homens sem Deus organizarão uma horda sem pátria [...] Os velhos bandeiras, nas suas tumbas, fremiram de indignação. Teria degenerado a raça? [...]

[...] São Paulo, a quem o destino legou [...] a função de riscar as fronteiras geográficas da Pátria, conclama hoje, os intelectuais e os patriotas de todos os recantos da Nação, para se unirem e formarem a “Bandeira”, com o fito de defender a expressão original da nossa terra e a unidade espiritual da nossa gente. (DEL PICCHIA, 1936).

Na sequência, Menotti reafirma os propósitos do movimento que ele e seus colegas criaram:

[...] Todos juntos, dentro da ordem, levantaremos o grande inquérito das mais legítimas aspirações nacionais extirpando do nosso seio ideias malsãs. Não precisamos pedir a técnicos de utopias, normas da estranha, ferindo a passionalidade do nosso povo e desnaturando a fisionomia típica do nosso pensamento. Aos libertários-liberticidas e aos igualitários-escravizadores, mostraremos que somos o único povo do universo que processou a fraternidade, pois no Brasil não temos preconceitos de cor, de credo e de origem. É isso que aspira a Bandeira. [...] Nem fascismo, nem bolchevismo: bandeirismo! (Ibidem).

Essas suas palavras ecoarão na mensagem do interventor/governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, à Assembleia Legislativa, em 9 de julho do ano seguinte, quando ele justifica a proposta de construção do *Monumento às Bandeiras*, de Victor Brecheret:

[...] tomou o Governo a iniciativa de mandar construir no centro de uma nova praça de S. Paulo, o monumento que em honra dos Bandeirantes foi ideado por um dos maiores artistas brasileiros, Victor Brecheret [...]

Não há quem desconheça a concepção de Brecheret. É uma arrancada de Bandeirantes, para a conquista da Terra Virgem. É um instantâneo da vida de uma Bandeira, apanhado com impressionante felicidade [...] Os homens, surpreendidos numa saída, caminham para o alto: é o idealismo paulista em ação [...] Dois bandeirantes, os chefes, vão na frente, a cavalo: é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho: é a hierarquia, inseparável da disciplina e um dos mais belos princípios da organização social [...]

[...] propõe-se que esse monumento seja levantado numa praça de São Paulo, atestando o desejo dos paulistas de renovar os princípios e os feitos que constituíram os fundamentos da nacionalidade.

(OLIVEIRA, 1937 *apud* BATISTA, 1985, p. 57)

Em artigo publicado em 1969, Menotti lembra que Cassiano Ricardo, então secretário de Salles Oliveira, o levou ao Guarujá

(onde o governador descansava), juntamente com Brecheret, para que este apresentasse seu projeto de monumento para o então governador (DEL PICCHIA, 1969b). Ricardo, por sua vez, relata o mesmo episódio e reivindica para si o privilégio de ter sido ele quem sugeriu ao então interventor/governador que retomasse o projeto do escultor (RICARDO, 1970, p. 100).

Ainda está para ser averiguado o grau de influência do pensamento de Menotti no projeto que, em 1936, Victor Brecheret produziu para o futuro *Monumento às Bandeiras*, inaugurado somente em 1953, no Parque Ibirapuera, em São Paulo.

Nota-se que, tanto ele quanto Cassiano Ricardo disputavam esse protagonismo, mesmo que de forma discreta. De fato, tenha sido Menotti ou Ricardo, o dado é que o pensamento de Salles Oliveira, replicando as propostas do movimento “A Bandeira”, atrela o *Monumento* de Brecheret a esse ideário conservador do Brasil e do brasileiro, de origem paulista.

Por outro lado, já que os dois intelectuais haviam criado tal movimento, não se deve deixar em segundo plano que Menotti e Cassiano, também no plano estético, compartilhavam um mesmo credo moldado, em grande parte, na recuperação de uma iconografia comprometida com a representação do real, mesmo que por meio da síntese e da estruturação íntegra das formas.

Se observarmos o *Monumento às Bandeiras*, veremos que Brecheret seguiu essa mesma estratégia: mesmo que sempre atento à plenitude do *Monumento* e dos segmentos que o compõem, não restam dúvidas de que o escultor descreveu a “saga bandeirante” dentro dos limites das concepções daquele processo histórico, concebidos por Menotti e Cassiano e reiterados por Armando de Salles Oliveira.

Ao mesmo tempo que é preciso enfatizar o quanto o *Monumento às Bandeiras* é aderente a um discurso que consagra a supremacia do branco e do mameluco¹² – ao invés dos indígenas (como teria preferido Plínio Salgado) –, a obra mantém uma autonomia formal e um entrosamento com a estética “neoclássica” dos anos 1920 e 1930 que diz mais sobre aqueles que assessoraram o artista e sobre aqueles que o patrocinaram do que, propriamente, sobre os bandeirantes paulistas.

NOTAS

1. Tradição esta, de resto, já comprometida pela ênfase à horizontalidade que, desde a maquete de 1920, Brecheret concedeu ao *Monumento*, contrariando a norma que pregava a verticalidade nesse tipo de produção.
2. Importante: Como será visto, Menotti Del Picchia assina seus artigos com seu próprio nome e com os seguintes pseudônimos: Helios (com o qual assinou por anos a coluna “Crônica Social” do *Correio Paulistano*), Aristophanes e Geno. Embora o autor tentasse assinar com seu próprio nome apenas artigos de “fundo”, essa distinção nem sempre ocorria. Assim, o autor aqui será referido com seu nome, e a informação sobre a “autoria” de cada artigo estará na nota indicativa.
3. Sobre Nicola Rollo, cf. KUNIGK (2001).
4. Sobre o *Monumento à Independência*, cf. MONTEIRO (2017).
5. No dia 26 de outubro de 1921, o jornal *O Combate* (p. 3) publicou a nota: “Foi autorizado o pagamento de 70:000\$000 ao sr. Nicola Rollo, primeira prestação pelo grupo em bronze a ser construído diante do muro da esplanada do Parque francês, em frente ao Museu de Ipiranga”. Em 9 de setembro do ano seguinte, no jornal *Il Pasquino Coloniale* (n. 777), saiu uma foto do projeto de Rollo, com a seguinte legenda: “*Progetto del monumento che verrà eretto sulla spianata chè se estende sotto il Museo Dell’Ipiranga*”. Já na “Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1923, pelo Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, Presidente do Estado de São Paulo”, publicada no *Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SP)* (p. 68), foi publicado: “Ficou também terminado o muro de sustentação da esplanada do Museu, em cantaria de granito, formando fundo apropriado para receber o grupo escultural dos ‘Bandeirantes’, de cuja execução se acha incumbido o escultor Nicola Rollo”.
6. Perceber o indígena como uma abstração não foi privilégio da elite econômica brasileira. A maioria dos intelectuais locais, durante os séculos e XX, parece ter compartilhado esse ponto de vista.
7. Como será visto no decorrer do texto, esse artigo continuará tendo ressonância anos depois de sua publicação.

- 8.** Este artigo é uma resposta do autor aos comentários feitos no jornal *Il Piccolo*, de São Paulo, sobre “Espírito do fascismo”, artigo que ele havia publicado dias antes na imprensa (artigo não encontrado até a publicação deste).
- 9.** Menotti Del Picchia também foi diretor de *Novíssima*. Embora a autora não especifique quando Del Picchia iniciou essa atividade, em 1925, ele já atuava como tal (GUELF, 1987, p. 150).
- 10.** Sobre o assunto, cf., entre outros, BITARÃES NETTO (2004).
- 11.** O artigo “Nhengaçu verde amarelo”, ainda segundo a autora, foi publicado no *Correio Paulistano*, São Paulo, no dia 17 de maio de 1929.
- 12.** No *Monumento*, são os únicos a cavalo à frente do cortejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário. “Curemos Peri!” (Carta aberta a Menotti Del Picchia), **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 57, jul. 2000, pp. 33-36.

ARISTOPHANES. Ainda o Monumento, **A Gazeta**. São Paulo, 31 jan. 1920, p. 1.

BARREIRINHAS, Yoshie Sakiyama. **Menotti del Picchia**: o gedeão do Modernismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BATISTA, Marta Rossetti. **Bandeiras de Brecheret**: história de um monumento (1920-1953). São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985.

BITARÃES NETTO, André. **Antropofagia oswaldiana**. Um receituário estético e científico. São Paulo: Annablume, 2004.

DEL PICCHIA, Menotti. **A longa viagem**: segunda etapa. São Paulo: Martins, 1972.

DEL PICCHIA, Menotti. Caboclo, **Correio Paulistano**. São Paulo, 15 abr. 1918, p. 1.

DEL PICCHIA, Menotti. Coisas brasileiras, **Correio Paulistano**. São Paulo, 27 nov. 1923a, p. 3.

DEL PICCHIA, Menotti. Da estética: seremos plagiários?, **Correio Paulistano**. São Paulo, 10 abr. 1920, p. 1.

DEL PICCHIA, Menotti. Desimortalidade: carta a Cassiano Ricardo, **Correio Paulistano**. São Paulo, 29 jun. 1930, p. 2.

DEL PICCHIA, Menotti. Fascismo e hitlerismo, **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro,

ro, 16 set. 1934, p. 19.

DEL PICCHIA, Menotti. História de um monumento (I), **Diário de São Paulo**. São Paulo, 26 jun. 1969a, p. 4.

DEL PICCHIA, Menotti. História de um monumento (II), **Diário de São Paulo**. São Paulo, 3 jul. 1969b, p. 4.

DEL PICCHIA, Menotti. Ideias orgânicas de um discurso, **Correio Paulistano**. São Paulo. 6 abr. 1924a, p. 3.

DEL PICCHIA, Menotti. Inquérito sobre problemas brasileiros: o Brasil e o emigrante, **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 11 ago. 1935, p. 2.

DEL PICCHIA, Menotti. Letargia, **Correio Paulistano**, São Paulo, 13 mar. 1929, p. 6.

DEL PICCHIA, Menotti. Loba, anta ou manitôs? **Correio Paulistano**, São Paulo, 12 jan. 1927, p. 3.

DEL PICCHIA, Menotti. Matemos Peri, **Jornal do Comércio**. São Paulo, 23 jan. 1921, p. 3.

DEL PICCHIA, Menotti. Nacionalismo integrador: a propósito da Associação dos Filhos de Italianos nascidos no Brasil, **Correio Paulistano**. São Paulo, 19 ago. 1923b, p. 3.

DEL PICCHIA, Menotti. O fascismo, **Correio Paulistano**. São Paulo, 7 out. 1925a, p. 3.

DEL PICCHIA, Menotti. Pela ordem..., **Correio Paulistano**. São Paulo, 28 jun. 1924b, p. 3.

DEL PICCHIA, Menotti. “Somos o único povo do universo que processou a fraternidade”: o escritor Menotti Del Picchia fala na “Hora do Brasil”, **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 21 ago. 1936, p. 11.

DEL PICCHIA, Menotti. Verde e amarelo, **Correio Paulistano**. São Paulo, 23 set. 1925b, p. 3.

FABRIS, Annateresa. **O futurismo paulista**: hipótese para o estudo da chegada da vanguarda no Brasil. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1994.

FABRIS, Annateresa. Um futurismo singular: Menotti Del Picchia, **MODOS**: Revista de História da Arte. Campinas, v. 2, n. 1, jan. 2018, pp. 29-48. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8663350>. Acesso em: 27 maio 2022.

FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu, contribuição à História do Movimento Psicanalítico e outros textos [1912-1914]**. Obras completas, v.11 / Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GUELFY, Maria Lúcia F. **Novíssima**: estética e ideologia na década de vinte. São Paulo: IEB-USP, 1987.

HELIOS. A Monsieur, Mm. Ou Mlle. YKss..., **Correio Paulistano**. São Paulo, 20 set.1923a, p. 5.

HELIOS. Aos moços da minha geração. Crônica Social, **Correio Paulistano**. São Paulo, 2 maio 1923b, p. 3.

HELIOS. Manifesto anti-pau-brasil, **Correio Paulistano**. São Paulo, 13 abr. 1924, p. 4.

HELIOS. Mussolini e Kemal Paxá, **Correio Paulistano**. São Paulo, 30 nov. 1922, p. 5.

HELIOS. Pelo Brasil brasileiro. Crônica Social, **Correio Paulistano**. São Paulo, 6 maio 1923c, p. 3.

KUNIGK, Maria Cecilia Martins. **Nicola Rollo (1889-1970): um escultor na modernidade brasileira**. 2001. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Artes, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONTEIRO, Michelli Cristine Scapol. **São Paulo na disputa pelo passado: o monumento à Independência de Ettore Ximenes**. 2017. 455 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Armando de Salles. **Jornada democrática**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

RICARDO, Cassiano. **Viagem no tempo e no espaço: memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SALGADO, Plínio; DEL PICCHIA, Menotti; RICARDO, Cassiano. **O curupira e o carão**. São Paulo: Helios, 1927.

SILVEIRA, Alarico. O sonho da raça, **Novíssima**. São Paulo, nov./dez. 1924, p. 44.

SOBRE O AUTOR

Tadeu Chiarelli é Professor Sênior do Departamento de Pós-Graduação em Artes Visuais da ECA-USP e Professor junto ao Departamento de Artes Plásticas da ECA-USP (1983-2018). Atuou como curador-chefe do MAM São Paulo (1996-2000), diretor do MAC-USP (2010-2014) e diretor geral da Pinacoteca de São Paulo (2015-2017). Tem estudos publicados nas áreas de história da crítica de arte no Brasil (séculos XIX e XX) e história da arte no Brasil (séculos XIX, XX e XXI).

Artigo recebido em
16 de maio de 2022 e aceito em
27 de junho de 2022.